



GT Eco-Social: Uma Experiência de Ensino-Pesquisa-Extensão

Apresentação

As análises do presente artigo fazem parte do trabalho que produziu o documento intitulado “Laudo Multidisciplinar e Termo de Cooperação Técnica para a Convivência Harmoniosa de Assentamentos Rurais no entorno da Reserva Biológica de Poço das Antas”, apresentado pelo GT Eco-Social, em setembro de 2002, na UFF. O GT Eco-Social¹ foi constituído em dois tempos. Primeiramente, um grupo de professores reunidos para a realização da disciplina Sociologia Rural, de caráter multidisciplinar, que visava abordar a questão agrária através de diversas perspectivas teóricas e desenvolver a prática de trabalhos de campo em um acampamento de trabalhadores rurais do MST. Um ano depois, o grupo foi institucionalizado, através de Portaria UFF/ GAR 29599, em virtude da solicitação do Ministério Público Federal (MPF) – tendo em vista ser ele o autor de Ação Civil Pública (ACP)² contra o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); sobre a viabilidade de convivência harmoniosa entre Assentamentos Rurais de Reforma Agrária e a Reserva Biológica (Rebio) de Poço das Antas.

Tal ACP objetivava a condenação do INCRA em não poder promover assentamento de Reforma Agrária em área inferior a 10 quilômetros do entorno da reserva ou, em último caso, obrigava o INCRA a elaborar um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e submetê-lo à aprovação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (IBAMA/RJ). A ACP foi embasada nas denúncias efetuadas pelo IBAMA/RJ, pelo administrador da Rebio e pela Associação Mico-leão-dourado (AMLD), ONG que desenvolve o projeto piloto brasileiro de combate à extinção do primata mico-leão-dourado.

Fernando H.G. Barcellos¹, Ana Claudia D. Tavares, Erika Macedo Moreira², Janaina Tude Seva, Juliana G. Moreira, Rodolfo B. M. Lobato da Costa³

Resumo

O presente artigo apresentará reflexões a partir de uma experiência de ensino, pesquisa e extensão desenvolvida pelo Grupo de Trabalho Eco-Social, da Universidade Federal Fluminense (UFF). Abordaremos os temas reforma agrária, preservação ambiental e suas interseções, tendo sido estas detectadas em um conflito direto entre unidade de conservação, Assentamentos Rurais de Reforma Agrária e um acampamento de trabalhadores rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Nas atividades desenvolvidas por alunos e professores da UFF, articularam-se diversos níveis da produção acadêmica, possibilitando uma abordagem multidisciplinar do conflito em questão. Compreendeu-se a perspectiva de estudos da engenharia agrícola, as dimensões jurídicas, sociológicas, históricas e geográficas sobre conflitos sociais e degradação ambiental, tendo como indagação principal a tese “Convivência Harmoniosa de Assentamentos Rurais no Entorno da Reserva Biológica Poço das Antas”.
Palavras-chave: Reforma agrária, preservação ambiental, pesquisa-ação, políticas públicas.

1 Historiador e Pesquisador do Observatório Fundiário Fluminense. E-mail: fhgb@microlink.com.br
2 Graduandas em Direito
3 Graduandos em Ciências Sociais

Diante do conflito institucional, evidenciado juridicamente com a proposição da ACP, em 5 de fevereiro de 2002, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério do Meio Ambiente, com a interveniência de representações do INCRA e do IBAMA, celebraram um Protocolo de Cooperação Técnica com o objetivo de viabilizar a convivência harmoniosa de assentamentos rurais com a política ambiental no entorno da Rebio de Poço das Antas. Para isso, criou-se um Grupo de Trabalho integrado por membros dos ministérios signatários, bem como por representantes da sociedade civil organizada.

Nesse sentido, em reunião promovida pelo INCRA, com a participação de aproximadamente 20 entidades³, o GT Eco-Social é convidado a assumir a coordenação deste Grupo de Trabalho, deslocando, assim, sua atuação de perito do Ministério Público Federal⁴.

Metodologia

Ao iniciar o trabalho, levou-se em consideração uma perspectiva teórica crítica sobre os problemas da sociedade, incluindo a compreensão dialética da complexidade e do dinamismo da realidade estudada, onde interagem múltiplos sujeitos e fatores. A análise das possibilidades e potencialidades encontradas, captadas e negadas caracteriza a própria construção da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão⁵.

Foi utilizada a metodologia qualitativa de pesquisa, por sua compatibilidade com a propriedade das questões. A Pesquisa Participante ou Pesquisa-Ação, sistematizada por Carlos Rodrigues Brandão⁶ (1981), permite levantar dados da realidade e intervir nela, agindo no sentido de avançar contradições e provocar redefinições a partir da sugestão de temas de reflexão. A linha principal está na revelação de elementos e determinações subjacentes, considerando conflitos sociais como elemento indispensável no processo social.

Pode-se elucidar a metodologia de funcionamento do grupo de duas formas. A primeira, criada para o funcionamento interno do GT, enquanto um grupo interdisciplinar, o que trazia a necessidade de afinar concepções e conceitos para juntos construir o objeto de estudo. A se-

gunda, que expressasse a inter-relação entre o GT e as demais entidades/sujeitos envolvidas no processo.

Seminários internos, organizados periodicamente e fechados aos participantes do GT Eco-Social, permitiram um processo de troca acadêmica bem articulado para a integração dos objetivos teóricos entre as diferentes disciplinas e suas equipes. Além disso, a exposição sistemática dos temas diretamente correlacionados a cada subgrupo⁷ propiciava a troca com outros estudiosos acerca dos temas correlatos aos trabalhos do GT.

A técnica de coleta de dados foi orientada no sentido de trabalhar com documentos oficiais relativos ao estudo do caso, os anexos com as justificativas, à documentação institucional do processo desapropriatório, mapas, etc. Para as populações envolvidas, realizamos histórias de vida, estudos de trajetórias individuais ou coletivas, modo de organização social e cultural, etc.

Para alcançar os objetivos do Protocolo de Cooperação Técnica, realizamos reuniões públicas e oficiais, que operaram no sentido de interferir nos assuntos a serem elucidados e problematizados. Através da presença de entidades e autoridades de órgãos públicos nos níveis municipais e estaduais, estimulou-se novas questões relativas às políticas públicas de segurança, de controle florestal, de assistência social, de extensão rural e da produção agrícola, etc. As atas produzidas pelos bolsistas eram lidas no início da reunião seguinte, modificadas quando necessário por destaques dos presentes, e assinadas ao final. Serviram como registro e código de "compromisso" entre todos.

Como última tarefa, a equipe de engenharia agrícola, com suporte metodológico da sociologia, realizou um Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) no Acampamento Sebastião Lan II e no Assentamento Sebastião Lan I. Foram aplicados 70 questionários. A tensão sempre presente indicava como pólos a reserva de um lado e os acampados de outro, o que acabou determinando a priorização do estudo a partir desses agentes sociais.

De certo modo, a característica singular de um trabalho desse tipo se assemelha bastante a uma "cumplicidade" do pesquisador com o seu

objeto de estudo, em especial no caso de comunidades subalternizadas. Deve-se destacar que esse procedimento, metodologicamente embasado, é amplamente indicado. Segundo Jurandyr Carvalho Ferrari Leite (1997), coordenador do Seminário "Terras Indígenas: Identificação antropológica e identificação pela FUNAI", realizado como parte de um "manual" de identificação de terras indígenas para a produção de um laudo antropológico, a *cumplicidade* é na verdade uma condição para obtenção de dados visando um laudo que identifique direitos de segmentos despossuídos. No nosso caso, tratava-se de uma "terra de trabalhadores rurais sem terra" ou de uma "terra de reserva biológica". Diz o autor: "A objetividade do trabalho do antropólogo e sua forma de controle dos dados obtidos em pesquisa, está intimamente ligado a um certo tipo de 'cumplicidade' com o grupo social estudado" (Leite, 1997, p. 10).

A construção do mapeamento se realizou a partir do conhecimento prévio dos aspectos físicos e biológicos, mas principalmente a partir da investigação e da revelação da realidade escondida nas aparências e nos conflitos aos níveis territorial, ambiental, sócio-político, judicial e institucional, daí fazendo-se uma verdadeira leitura do espaço. O mapa do entorno⁸ desdobrou-se a partir da carta imagem de 2000, e esta serviu para atualizar a base cartográfica mencionada anteriormente, incluindo detalhes e informações locais extraídas nos trabalhos de campo, além de dados provenientes de sindicatos, prefeituras, ONGs e INCRA.

Desenvolvimento

Histórico dos Conflitos

A Reserva Biológica Poço das Antas foi criada através de decreto datado de 11 de março de 1974. No âmbito da ditadura militar, o Governo Federal delimita uma área de 3.000 hectares para a Reserva. Neste momento, é declarado o interesse social pela área, sendo necessário desapropriá-la para que o Incra promova a ação expropriatória dos ocupantes da área. O debate e as pesquisas sobre a criação da Rebio começaram com a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, em 1968. Indicava-se, então, a importância dos primatas para a indagação biomédica e para a indústria farmacêutica.

Nos anos que se seguiram, estudos mostraram que a degradação ambiental caminhava a passos largos. A extração desordenada de areia nas bancas do Rio São João e a caça e a importação de 100.000 primatas pelos Estados Unidos colocavam em risco os futuros estudos. Em novembro de 1971, é assinada uma petição inicial de intenção de criação da Rebio. A partir deste momento, ficam proibidas atividades de caça e desmatamento das áreas da Reserva. Porém, é possível dizer que, na futura área de desapropriação, uma enorme variedade de interesses ora se cruzavam, ora eram conflituosos.

A partir de 1971, como afirmam documentos da época, as fazendas perderam grande parte de suas áreas preservadas de florestas e passaram a apresentar benfeitorias que antes não existiam. Isto representava uma diminuição do valor ambiental dos sítios para a reprodução do mico-leão-dourado e, por outro lado, um grande incremento no valor das indenizações.

As fazendas que compunham a Rebio não tinham seus limites demarcados com clareza. Inclusive, a desapropriação, embora questionada pelos atingidos, foi regamente indenizada com Títulos da Dívida Agrária, que serviram como moeda de pagamento de desapropriação, com uma valorização de 1.100% entre março de 1974 e dezembro do mesmo ano, pagos em dinheiro pela Caixa Econômica Federal.

Por outro lado, em meados dos anos 1970, os mais de 50 "posseiros" (identidade construída pelos que lá residiam no processo de desapropriação para a constituição da Rebio) foram expropriados de suas terras e de seus direitos. Suas indenizações foram irrisórias, porque não possuíam o título de propriedade, as benfeitorias eram simples e a roça consistia numa agricultura em pequena escala voltada para a subsistência.

Contudo, já com a Rebio criada e delimitada, a construção da Represa de Juturnaíba e a estrada BR-101 apareceram como fatores prejudiciais à preservação de remanescentes florestais. Além disso, neste momento, grandes empreendimentos destinados à implantação de fazendas de arroz irrigado instalaram-se no Vale do São João, precedidos de uma série de procedimentos políticos e obras civis sob a supervisão do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS).

Assim, a necessidade de ampliação da Rebio Poço das Antas agravou a pressão sobre as terras da região e motivou a entrada de uma ação no Ministério Público visando a expansão da atual área da Reserva Biológica para a região ocupada pelo Acampamento Sebastião Lan.

Tendo como base tais parâmetros, identificamos na região nos últimos anos alguns elementos indicativos da complexidade em jogo. O debate que ora nos foi colocado já não é de hoje que ocupa o cenário da realidade do campo brasileiro. Mais uma vez, torna-se objeto de fortes atenções, percebido como área de problemas graves que demandam soluções urgentes.

Na base desta concepção, encontra-se uma situação de tensão, de conflitos extensos e de características muitas vezes dramáticas, de ocupações, acampamentos, protestos e marchas de trabalhadores rurais sem terra. Tudo isso vem conferindo à antiga questão agrária uma nova visibilidade, não apenas em termos nacionais mas também internacionais. Além disso, um levantamento inicial da questão nos revelou uma enorme variedade de situações, uma ampla gama de agentes, um quadro bastante complexo que demanda uma análise capaz de incorporar dimensões distintas, produzindo uma compreensão mais rica entre a questão agrária e a transversalidade (relaciona-se a confrontos, transgressões, saberes, práticas, espaços e tempos) com a questão ambiental.

Para analisar o conflito jurídico existente, faz-se necessário entender os diversos conflitos na região estudada. O conflito social se torna evidente na medida em que se desdobra em um conflito judicial, ou seja, com a formulação de ações judiciais. Isto ocorre, normalmente, depois de esgotadas as tentativas de resolução administrativa.

A ACP impetrada com a finalidade de impedir a realização do Assentamento Sebastião Lan, aparece como resultado de longo período de conflitos institucionais decorrentes de políticas públicas desarticuladas. Além desta, outras ações, bem como processos administrativos, foram incorporados.

No processo de reintegração de posse, verificamos a quantidade de subterfúgios processuais utilizados, aumentando a duração do conflito jurídico e dificultando a posse plena do INCRA,

apesar de toda a região ter sido compreendida por decreto federal como zona prioritária de emergência para fins de reforma agrária desde 1965. Com a retificação do Rio São João e as obras do DNOS, a região sofreu processo de grilagem pelos proprietários confrontantes, resultando numa disputa fundiária entre os grileiros da região.

O processo de gravame da Reserva Legal objetivou a expansão indireta da REBIO, tendo em vista que a escolha da área (que cabe ao proprietário) foi feita pelo IBAMA, sem considerar o conflito fundiário existente entre as famílias posseiras da área e os proprietários. Estes efetuaram o gravame da área objeto do conflito com o intuito de impedir a conquista do domínio pleno dos posseiros através da ação de usucapião e evitar a utilização da área para reforma agrária.

Desde o início das primeiras ocupações dos municípios de Casemiro de Abreu e Silva Jardim, a degradação ambiental e os conflitos sociais são elementos constitutivos do processo de desenvolvimento da agricultura na região do Vale do São João. Mas a partir da década de 1960 e, sobretudo, 1970, a crise sócio-ambiental se amplia e se intensifica como resultado de rápidas e profundas transformações na organização física, técnica e social do espaço rural.

Traduzindo a expansão das relações capitalistas de produção no campo e a integração crescente de nossa agricultura aos circuitos internacionais de valorização e reprodução do capital, estas transformações conduzidas pelo Estado autoritário se assentaram na associação de suas principais orientações estratégicas. Conforme as pesquisas documentam, toda essa região ficou enquadrada no processo de modernização conservadora (Binsztok, 1998), que passou a ser encarada como alternativa à reforma agrária. No âmbito regional, as mudanças incentivadas por políticas governamentais criaram diferentes perspectivas de luta pela terra. Todos esses problemas em foco, somados a uma pressão internacional por maior preservação da fauna e da flora, levaram à criação da primeira reserva biológica do país.

A partir do início dos anos 1990, e sob a política de abertura das fronteiras econômicas nacionais, o Rio de Janeiro ganha uma nova cara: os grandes e médios proprietários locais come-

çam a redirecionar sua produção de forma a possibilitar sua inserção na nova ordem econômica. Uma elite que possui métodos bem conhecidos: terras griladas, trabalhadores sem carteira assinada, utilização de dinheiro público em benefício particular, depredação do patrimônio natural através da pecuária extensiva, produção de carvão e extração de areia dos rios.

Neste processo de mudanças na região e no Estado do Rio de Janeiro, há uma resistência dos trabalhadores rurais em deixar o campo, pois ao longo destas décadas não foram poucos os casos de ocupações de terras e conflitos agrários que evidenciaram a resistência organizada ou não desta parcela da população. O modelo agrícola privilegiado pelo Estado baseava-se na monocultura e na grande propriedade, pautado na renda capitalista e utilização intensiva de energia, determinantes na degradação e destruição dos ecossistemas locais.

É possível, então, afirmarmos que existem diferentes representações que perpassam a organização social, cada uma dessas tendo sua maneira própria de representar, interpretar e agir sobre o meio ambiente. Nesse sentido, o conceito de natureza não é natural, sendo na verdade criado e instituído através das relações sociais e da sua produção material, espiritual e cultural.

O modelo de criação de áreas naturais protegidas, nos Estados Unidos, a partir de meados do século XIX, se constitui numa das políticas conservacionistas mais utilizadas pelos países do Terceiro Mundo. Parte da ideologia preservacionista subjacente ao estabelecimento de áreas protegidas apresenta limitações. Entre elas, uma concepção genérica de Homem que desconsidera formas diferenciadas de uso e apropriação dos bens naturais, advinda das sociedades industrializadas, cujo projeto “teve – de antemão – de colocar o homem como não-natureza, pois se o homem não fosse assim pensado a questão da dominação da natureza sequer se colocaria” (Gonçalves, 2001, p. 42).

Por fim, podemos perceber que a Rebio Poço das Antas, como representante do modelo de unidades de conservação do Brasil, opera sob o mito moderno da natureza intocada (Diegues, 1998). Esta idéia trabalha com a proposta de “ilhas” de conservação, que prioriza a natureza como um objeto para contemplação,

sobretudo da sociedade urbano-industrial. Este projeto desconsidera as relações históricas e os diversos sistemas tradicionais de manejo nas áreas a serem preservadas, gerando conflitos de ordem fundiária. Apontamos, assim, a incompatibilidade das políticas públicas de preservação ambiental e de desenvolvimento agrário, apesar de constituírem as duas faces do mesmo modelo.

Laudo Multidisciplinar e Termo de Cooperação Técnica para Convivência Harmoniosa de Assentamentos Rurais no Entorno da Reserva Biológica de Poço das Antas

Colocando os interesses de reforma agrária em qualquer situação ou contexto (como excludentes ou contraditórios) em relação à preservação ambiental, produz-se um problema sócio-ambiental agudo pelo menos para toda a América Latina. Teríamos que assumir uma escolha elitista na definição de um conceito institucional e público de conservação da natureza, com direito à repressão policial contra uma luta pela sobrevivência, atribuindo a segmentos de trabalhadores o estigma de marginais. O que conseguiríamos com isso?

Hábitos arraigados como desmatamento para pecuária extensiva, a extração de areia do rio São João, as queimadas praticadas dentro de uma cultura da agropecuária e a caça de animais silvestres por *hobby* de fazendeiros e cidadãos raramente se configuram como uma prática de assentados.

Por outro lado, é absolutamente plausível a necessidade de expansão da mata diante do risco de insustentabilidade da unidade, agravada por problemas de consangüinidade que atinge várias espécies, e, como o mico está em extinção, ele é mais suscetível ainda. Entretanto, esta não representa a única alternativa concreta.

O referido documento apresenta as propostas consensuais para a convivência harmoniosa entre Assentamentos Rurais de Reforma Agrária e Reserva Biológica de Poço das Antas, extraídas do debate e das apresentações realizadas no espaço das reuniões articuladas e sistematizadas pelo Grupo de Trabalho Eco-Social.

Dentre as propostas destaca-se:

- 1) A realização de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e conseqüente Plano de Desenvolvimento Sustentável para todos os assentamentos no entorno da Rebio;
- 2) Assegurar o resgate social das famílias e as condições que lhes garantam a propriedade da terra e meios de sobrevivência dignos;
- 3) Implantar paulatinamente nos assentamentos já existentes a prática da agroecologia;
- 4) A criação de Comitê Gestor Permanente do entorno da Rebio com a participação dos diversos atores sociais envolvidos;
- 5) Por último, assinatura de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre o INCRA e o Ministério Público, para pôr fim à demanda jurídica e permitir a imediata implantação dos projetos ambientais e agrários.

Ensino-Pesquisa-Extensão

A Universidade Pública envolve diversos interesses e é constituída a partir de diversas finalidades, ambos intimamente relacionados com a ciência, a produção do conhecimento, a informação e sua disseminação. Mesmo na “vanguarda do pensamento”, não podemos esquecer que a Universidade e o pensamento científico acompanham a civilização ocidental moderna, desde sua origem. Ou seja, a Universidade está umbilicalmente ligada ao mundo.

Temos constatado, no campo das ciências humanas, uma forte influência da “lógica positivista” em estudos e pesquisas. Os fundamentos que norteiam essa lógica se baseiam em uma concepção oposta à de um trabalho interdisciplinar que reflete, pelo contrário, uma concepção de ciência onde a realidade aparece como produto de descontinuidades e diversos aspectos.

Do ponto de vista desta pesquisa, torna-se imprescindível romper com estes esquemas teóricos simplificadores da realidade, que não alcançam suas nuances e contradições. Metodologias de análise que privilegiam as relações de causalidade e aplicabilidade de padrões e regularidades detectadas como leis ou regularidades empíricas não satisfazem os questio-

namentos trazidos à tona no conflito sócio-ambiental estudado.

Considerando que a construção de conhecimento educacional prático-teórico contribua para o desenvolvimento sócio-ambiental, a definição deste princípio norteador para a articulação do trabalho propicia nas Universidades uma compreensão dialética. Ou seja, uma relação entre o fazer e o fazer-nos, entre o construir e construir-nos, entre o aprender a fazer e aprender fazendo-nos.

Por isso, buscamos uma articulação entre ensino, pesquisa e extensão que crie espaços e oportunidades para uma cultura de trabalho coletiva e interdisciplinar. Debates o compromisso político e social, de forma a defender os princípios democráticos no cotidiano de nossas atividades.

Acreditando na importância de não se mascarar a complexidade e o dinamismo da realidade vivida, trazemos alguns pontos que marcam hoje o ensino público e seu relacionamento com a sociedade, através da experiência desenvolvida:

- 1) As Universidades podem contribuir, através de convênios e parcerias com os diferentes órgãos públicos ou demais entidades e organismos da sociedade civil, com a formação e difusão de gestões democráticas de políticas públicas no Brasil.
- 2) Importante ressaltar a dificuldade da institucionalização deste grupo que, por ser multidisciplinar, não se enquadrava na estrutura universitária de produção de conhecimento; gerando, assim, a necessidade de estar vinculado ao gabinete do Reitor da Universidade.
- 3) Através do convívio com os diferentes atores (nas reuniões oficiais, em seus locais de trabalho, em atividades culturais, etc.), em tempos e espaços distintos aos da Universidade, tornou-se patente no próprio objeto de estudo a necessidade de transposição destas barreiras acadêmicas e institucionais. Isto é, a experiência e os contatos diretos com as realidades dos trabalhadores rurais acampados e assentados, com as instituições envolvidas e outros sujeitos, nos possibilitou uma reflexão e uma ação articuladas entre si desde o princípio enquanto *práxis*.

A separação vista no cotidiano universitário, acadêmico e estudantil entre Universidade e sociedade, entre teoria e prática é fruto de uma concepção de mundo fragmentada, polarizada entre indivíduo e sociedade, sujeito e objeto, natureza e cultura. A estrutura interna da Universidade reproduz estes mecanismos, apesar de também estar no seu âmago a possibilidade de superação destas falsas dicotomias. Afinal, reúne as condições para tal.

Conclusão

Portanto, o modelo que propomos de Universidade, a partir do Projeto de ensino-pesquisa-extensão do GT Eco-Social, está francamente em oposição aos modelos vigentes de produção de conhecimento, que tomam o saber e a sua necessária socialização como mercadorias.

A Universidade Pública apresenta-se aqui como um espaço em disputa, já que conhecimentos e saberes são produzidos condicionados a interesses específicos de mercado, não necessariamente ao bem-estar da sociedade. Ao mesmo tempo em que se ocupam espaços alternativos da academia, se resiste ao processo de sucateamento e se produzem formas diferenciadas de construção do conhecimento.

Temos, por um lado, para a mesma região e o mesmo problema, a proposta de reconstruir os paradigmas da Reforma Agrária, com base na idéia de que é preciso proteger o homem e o meio ambiente, superando conflitos existentes e articulando saberes diferenciados. Por outro, apresenta-se como dissertação de mestrado um projeto de “recuperação ambiental” desconsiderando a presença humana e reafirmando a dicotomia homem-natureza.

Neste processo de produção do conhecimento, uma série de visões de mundo se confrontou: abordagens teóricas e metodológicas aparentemente incompatíveis se chocaram possibilitando o trabalho sobre novas frentes, novas formas de visualizar o “objeto”, o ensino, a pesquisa e a extensão. Tudo isto sem perder de vista o compromisso com a reforma agrária, necessária ao nosso País.

Na verdade, como nos ensina o físico e filósofo Gaston Bachelard, nenhum método pode ser construído a não ser com a relação com o objeto, ou, como dizia Che Guevara, “El camino se hace al caminar”.

Notas

¹ Foram coordenadores do GT Eco-Social: Ana Maria Motta Ribeiro, Departamento de Sociologia, coordenadora do Observatório Fundiário Fluminense; Dario Prata Filho, Departamento de Engenharia Agrícola; Mônica Cox, Bióloga, Departamento de Geografia; e Wilson Madeira Filho, doutor do Departamento de Direito Público. Cada coordenador trabalhou com uma equipe de estudantes da graduação.

² ACP nº 98.001.0661-8, da Vara Federal de Itaboraí da seção Judiciária do Rio de Janeiro.

³ AMLD (Associação Mico-leão-dourado), CREA-RJ (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro), APEDEMA (Assembléia Permanente de Defesa do Meio Ambiente), FETAG (Federação de Trabalhadores da Agricultura), MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), Consórcio Intermunicipal Ambiental Lagos São João, AMIRIO (Associação dos Amigos do Rio São João), EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro), representantes de todos os assentamentos do entorno (Aldeia Velha, Cambucaes, Sebastião Lan), representantes do acampamento Sebastião Lan II, Prefeitura de Silva Jardim, Prefeitura de Casemiro de Abreu, Ministério Público Federal e UFF (Universidade Federal Fluminense)

⁴ Importante esclarecer, que dada às condições concretas de elaboração do laudo multidisciplinar, a UFF não chegou a ser constituída como perita. Se por um lado para a Academia elaborar um laudo deste porte em 90 dias era um prazo extremamente curto, para a tecnicidade do judiciário era extremamente longo.

⁵ Conforme dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, no seu artigo 207: “As Universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão”.

⁶ Vários autores apresentam uma sistematização desta metodologia, inspirada basicamente nos trabalhos de Paulo Freire, no Brasil, e Orlando Fals Borda, na Colômbia.

⁷ Como por exemplo: os preceitos da agroecologia, os impactos de construção de Barragem, o Sistema Nacional de Gerenciamento de Unidade de Conservação – SNUC, o Estatuto da Terra e a função social da propriedade, o processo de desagravamento e reruralização do Estado do Rio de Janeiro.

⁸ Para construir uma carta imagem, utilizamos o SIG MGE composto por vários módulos apoiado no CAD Microstation (Bentley), para entrada e edição de dados, além do aplicativo IRAS/C para realização do georeferenciamento das imagens que se deu pela conexão da imagem de satélite com as cartas topográficas *scaneadas*, permitindo a digitalização.

Referências Bibliográficas

- BACHELARD, Gaston. *A Formação do Espírito Científico*. Contribuição para uma psicanálise do conhecimento. São Paulo: ContraPonto, 1995.
- BRANDÃO Carlos Rodrigues (org.). *Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BINSZTOK, Jacob. Capitalismo autoritário e a questão ambiental no Vale do São João. In: CARNEIRO, M.J. et alii (org.). *Campo Aberto, o rural no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998. p. 327-334.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

FERRARI LEITE, Jurandyr Carvalho. – Relatório do Seminário "Terras Indígenas: Identificação antropológica e identificação pela FUNAI", Brasília, 23-25/08/1997

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (dês) Caminhos do Meio Ambiente*. São Paulo: Contexto, 2001.

LACOSTE, Yves. _____ (1982)

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. *Lauda Multidisciplinar e Termo de Cooperação Técnica para a convivência harmoniosa de assentamentos rurais no entorno da Reserva Biológica de Poço das Antas*. Niterói: 2002.

Abstract:

This article intention 's is to present thoughts on an education, research and extension experience, developed by the Eco-Social group, from Fluminense Federal University (UFF). Some of the subjects that will be discussed are the agrarian reform and the ambient preservation and its intercessions – like the direct conflict between an unit of conservation, Rural Sittings from the Agrarian Reform, and an encampment of agricultural workers without land, from the MST. In the activities, developed by students and teachers from UFF, differents levels of academic production were articulated, permitting, by this, a multidiscipline approach of the mentioned conflict. The results of this project ; a better comprehension of the agricultural engineering perspective, as well as of the judicial, sociological, historical and geographic dimensions of the processes of social conflicts and ambient degradation. It's worth mentioning that this research was based on the thesis "Harmonious sociability in rural sittings around Biological Reserve of Poço das Antas".

Keywords: Agrarian reformation, ambient preservation, action-researches, public politics.

Data de entrega: 09/12/2003

Data de aprovação: 11/12/2003